



José Luiz Maia diante da CPI: explicando a alta movimentação bancária pela venda de capim de sua fazenda

# 17 DEZ 1993 CORREIO BRAZILIENSE

## Movimentação bancária do líder do PPR intriga CPI

*Orçamento*

O líder licenciado do PPR na Câmara, deputado José Luiz Maia (PI), não conseguiu explicar a evolução patrimonial e o crescimento de sua movimentação bancária -



que subiu de 537 mil dólares em 1991 para 923 mil dólares no ano seguinte -, durante depoimento ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento. "Ficou pendente uma explicação do deputado sobre o crescimento do seu patrimônio", disse o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

O ponto que mais intrigou os participantes da CPI no depoimento de José Luiz Maia foi a compra de um apartamento de luxo, em Teresina, da Construtora Mafrense, no começo de 1992. O deputado José Genoíno (PT-SP) levantou a suspeita de que o imó-

vel foi adquirido numa operação triangular, envolvendo a Construtora Norberto Odebrecht e o projeto da adutora de Pedro II, no semi-árido piauiense. A Construtora Mafrense está executando a obra da adutora, subempreitada pela Odebrecht. A Mafrensa é dirigida por Fernando Futuca, cunhado do governador do Piauí, Freitas Neto (PFL).

As iniciais JLM, que poderiam significar José Luiz Maia, aparecem à frente da emenda da adutora de Pedro II, com percentual de 0,23 por cento, apesar de ele não ser o autor da iniciativa. A emenda foi apresentada pelo deputado Ciro Nogueira (PFL-PI) e incluída no Orçamento pelo deputado Paulo Mourão (PPR-TO), indicado para a Comissão de Orçamento por José Luiz Maia, em 1991.

O líder do PPR negou ter ligação com qualquer pessoa da Odebrecht. Ele acha que, se queriam se referir a seu nome, quando puseram os percentuais à frente da obra, os funcionários da Odebrecht tomaram uma decisão unilateral. Maia afirmou ainda que o apartamento foi adquirido em es-

pécie, muito antes da licitação para a adutora de Pedro II.

A bancada do PPR mostrou solidariedade a seu líder. Integrantes da bancada de vários estados, como o presidente do partido, senador Esperidião Amim (SC) e o vice-líder, deputado Gerson Peres (PA), além de conterrâneos, como o senador Lucídio Portella (PI), ocuparam as cadeiras da sala onde funciona a CPI, na ala Nilo Coelho, no Senado.

A exceção do senador Francisco Rollemberg (PFL-SE), os integrantes da CPI que pertencem aos partidos de centro-direita optaram por não fazer perguntas a José Luiz Maia. Isto levou o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) a suspeitar de um acordo entre PMDB, PFL e PPR, para ajudar o deputado. "Está claro que tentaram proteger o líder do PPR" disse o deputado Vivaldo Barbosa. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), disse que não estava constrangido por presidir uma sessão em que o interrogado era um aliado político. "Como presidente da CPI não posso ter partido, nem amigos nem inimigos", afirmou ele.